



POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

O Registro de Imóveis, Registro de Títulos e Documentos, Pessoas Jurídicas e Registro Civil de Pessoas Naturais de Silvânia/ GO, denominado Cartório Gustavo Faria Pereira, preza pelos direitos à privacidade, autodeterminação informativa, liberdade de expressão, informação, comunicação, opinião, inviolabilidade da intimidade, honra e imagem, livre iniciativa, dignidade e o exercício da cidadania de seus usuários, realizando a coleta e o tratamento de dados pessoais com transparência, segurança e eficácia, no intuito de cumprir sua finalidade pública.

1. OBJETIVO

A presente Política de Privacidade e de Proteção de Dados tem como objetivo o esclarecimento acerca do tratamento dos dados pessoais, bem como dos procedimentos adotados neste Cartório, com observância às diretrizes estabelecidas pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

2. DA COLETA DOS DADOS PESSOAIS

A coleta de dados pessoais e dados sensíveis, restrita ao mínimo necessário, é realizada pelos prepostos, por todos os meios lícitos, de forma presencial ou eletrônica com a finalidade de executar os serviços solicitados pelo cliente (Titular dos Dados) conforme registros efetuados em protocolos de atendimento e/ou atender a requisitos legais em que os dados pessoais e/ou sensíveis sejam necessários e/ou compulsórios ao exercício das atividades previstas.

O Titular dos Dados não está obrigado a fornecer seu contato de telefone/celular no atendimento, porém hipótese em que ficará privado do recebimento de informações sobre o andamento do seu serviço.

Reiteramos que, os dados pessoais e/ou sensíveis que ingressarem neste Cartório serão processados de forma legal, justa e transparente em relação aos seus titulares.

3. FINALIDADE E TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

O tratamento de dados pessoais tem por finalidade a prestação dos serviços notariais e registrais ou, ainda, o exercício de direito, nos termos da legislação vigente. A coleta de dados visa, ainda, atuar de forma eficaz e proporcionar melhorias na experiência dos usuários com os serviços oferecidos no site. A maior parte desses dados é solicitada de maneira explícita por meio de formulários físicos ou eletrônicos. Esses dados serão usados exclusivamente para atender as solicitações enviadas aos serviços prestados por essas ferramentas, de modo a agilizar e cumprir sua finalidade. As análises estatísticas serão efetuadas para interpretar os padrões de utilização do site e serviços disponíveis, a fim de melhorar, de forma contínua, a prestação dos serviços. A informação estatística resultante não será objeto de qualquer identificação pessoal dos usuários. Caso ocorram mudanças da finalidade para o tratamento de dados pessoais, não compatíveis com o consentimento original, o Titular dos Dados será informado previamente, garantido o direito de revogar o consentimento, se discordar das alterações.

Nos termos da legislação vigente, são considerados inerentes ao exercício da atividade notarial e de registro: atos praticados em livros mantidos por força de previsão legal, incluídos os atos de inscrição, transcrição, registro, averbação e anotação; comunicação para serventia distinta, para anotação em livro e ato nela mantidos; atos praticados em livros previstos em norma administrativa; informações e certidões; e



atos de comunicação e informação para órgão público e para centrais de serviços eletrônicos compartilhados que decorrerem de previsão legal ou normativa.

Veja, com mais detalhes, as finalidades para as quais os dados pessoais serão tratados pelo Cartório:

- Averbações, nascimentos, retificações de registro civil, opção de nacionalidade, traslados de atos ocorridos no estrangeiro, casamentos, registro de óbitos, reconhecimento de paternidade, publicação de editais de proclamas, emancipações, interdições e declaração de ausência.
- Qualificação das partes nos atos relativos ao registro de imóveis, registros de títulos e documentos, ao registro de pessoas jurídicas e ao registro civil.
- Inscrição, transcrição, registro, averbação e anotação de títulos e documentos nos atos relativos às atribuições do Cartório.
- Envio de notificações e intimações extrajudiciais.
- Recebimento e envio de documentos eletrônicos para fins de registro.
- Solicitação de atos e envio de informações e certidões relativas a suas atribuições.
- Consulta de protocolo para acompanhamento on-line dos serviços no site do Cartório.
- Consulta sobre a situação atual do título.
- Consulta de edital eletrônico.
- Consulta de autenticidade de selos eletrônicos.
- Consulta de autenticidade de certidões.
- Agendamento para fins de atendimento presencial.
- Verificação de autenticidade de documentos e assinaturas digitais recebidos, como medida de prevenção a fraudes.
- Registro das transações financeiras e bancárias relativas aos serviços solicitados tais como cartão de crédito, boleto bancário e meios de pagamento em geral.
- Emissão e envio de selo digital no site do Tribunal de Justiça do Goiás.
- Emissão de declaração de operações imobiliárias (DOI) à Receita Federal.
- Emissão de declaração de operações suspeitas ao SISCOAF, nos termos do Provimento nº 88/2019 do CNJ.
- Envio de dados ao SINTER e à Receita Federal.
- Envio de comunicações e informações a outros Cartórios, órgãos públicos e para centrais de serviços eletrônicos compartilhados que decorrerem de previsão legal ou normativa, como por exemplo, informações a Previdência Social.
- Gerenciar e responder às solicitações feitas pelos usuários, de acordo com os direitos dos titulares de dados, previstos no art. 18 e seguintes da LGPD.

Para atender aos interesses legítimos do Cartório Gustavo Faria Pereira, os dados pessoais serão tratados para:

- Registro no sistema de Ouvidoria por e-mail, telefone, Whatsapp ou correspondência destinados ao atendimento direto ao público, para pedido de informações, reclamações, elogios, sugestões, dentre outros.
- Análise de estatísticas da Plataforma via Google Analytics, com fim de acompanhar os acessos ao site sem coletar dados que identifiquem os usuários.
- Comunicação aos destinatários sobre a necessidade de pagamento de custas e emolumentos para o cancelamento do protesto.



Sempre com o prévio e expresse consentimento do respectivo titular, os dados pessoais serão tratados pelo Cartório para:

- Cadastro na Plataforma.
- Identificação e/ou autenticação pessoal, para o acesso aos serviços on-line.
- Eventual recuperação de login e senha de usuário.
- Salvar histórico de pesquisas.
- Comunicações ou mensagens por telefone, aplicativos ou endereço eletrônico relativos ao andamento, pendências ou conclusão dos serviços solicitados ao Cartório através do site, por meio eletrônico ou no atendimento presencial.

O tratamento dos dados pessoais pelo Cartório Gustavo Faria Pereira é realizado sob bases legais específicas, adequadas, pertinentes e limitadas às finalidades mencionadas no tópico anterior.

Durante a utilização deste site ou no atendimento presencial ou por meio eletrônico, o Cartório poderá coletar dados e informações de identificação para realização de cadastro em formulário próprio e para a finalidade a que se destina.

As informações e dados coletados podem ser assim relacionados e exemplificadas:

- Informações para a prática dos serviços extrajudiciais: nome completo; CPF ou CNPJ; nacionalidade; estado civil, existência de união estável e filiação; data de nascimento; profissão; endereço completo; endereço eletrônico (e-mail).
- Informações de contato: incluem qualquer tipo de dado de contato, como por exemplo, nome, endereço eletrônico, números de telefone, números de aplicativos de mensagens.
- Informações de login e senha: incluem informações para identificar e autenticar em serviços fornecidos pelo Cartório.
- Informações técnicas: incluem informações sobre seus equipamentos computacionais ou dispositivos móveis, como registro do endereço IP utilizado para conectar seu computador ou dispositivo à internet, incluindo sua localização geográfica, tipo de sistema operacional e do navegador da web.
- Informações demográficas: incluem informações sobre dados demográficos, como data de nascimento, idade ou faixa etária, gênero, localização geográfica.
- Informações sobre navegação no site e serviços: incluem informações sobre as páginas e conteúdos do nosso site e outras informações estatísticas sobre suas interações, como tempos de resposta a conteúdo e duração do acesso, disponibilidade do serviço etc.
- Informações de redes sociais de terceiros: incluem as informações que são compartilhadas ou tornadas públicas sempre que o usuário interage conosco por meio de uma rede social de terceiros. Exemplos: nome da conta, nome completo, endereço de e-mail, gênero, data de nascimento, cidade atual e foto de perfil.
- Informações financeiras e de pagamento: quaisquer dos serviços prestados em nosso site para atender a uma solicitação de pagamento, mediante coleta de dados financeiros e de pagamento para o seu processamento em conformidade com as leis, normas e os padrões de segurança aplicáveis para a prestação do serviço.

Os tratamentos de dados podem ser realizados pessoalmente e por sistema informatizado, que opera todas as etapas do processo registral, tais como, o acesso, a recepção, a classificação, a utilização, a modificação, a eliminação, a reprodução, a transmissão, a distribuição, o processamento e o arquivamento. Todos os dados



armazenados neste Cartório são protegidos de acordo com o Provimento nº 74/2018, do CNJ, e da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

4. FINALIDADE E TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes, destinado à prática dos atos de registro e averbação será realizado com o consentimento específico dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal e será promovido de forma a atender sua finalidade pública, com o objetivo de cumprir atribuições legais e normativas do serviço público, devendo seguir todas as diretrizes descrita nesta Política.

A LGPD, em seu artigo 14, relata que poderão ser coletados dados pessoais de crianças e adolescentes sem o consentimento quando a coleta for necessária para contatar os pais ou o responsável legal, utilizados uma única vez e sem armazenamento, ou para sua proteção, e em nenhum caso poderão ser repassados a terceiro sem o consentimento.

5. ARMAZENAMENTO E ELIMINAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

O tratamento dos dados se manterá durante o tempo necessário para a execução das atividades registras, sendo que nos livros oficiais os dados serão preservados, em cumprimento à sua finalidade pública, prevista na Lei nº 6.015/1973 (Lei de Registros Públicos).

Terminado o prazo de manutenção e/ou necessidade legal, os dados pessoais serão excluídos com uso de métodos de descarte seguro, ou utilizados de forma anonimizada para fins estatísticos.

O Oficial do Cartório Gustavo Faria Pereira toma precauções, entre elas, medidas administrativas, técnicas e físicas, para proteger as suas informações pessoais contra perda, roubo, uso indevido, bem como contra acesso não autorizado, divulgação, alteração e destruição.

Internamente, os dados pessoais coletados são acessados somente por profissionais devidamente autorizados, respeitando os princípios da proporcionalidade, necessidade e relevância.

6. COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES E DOS DADOS PESSOAIS

A publicidade faz parte da natureza e dos fins dos serviços notariais e registras (art. 1º da Lei nº 8.935/94), na qual se inclui o dever de expedir certidões (Lei nº 8.935/94, Lei nº 6.015/73, e demais normas aplicáveis).

A par dessa especificidade, as informações e dados pessoais podem ser compartilhados nas seguintes hipóteses:

- internamente, com o pessoal autorizado dos serviços;
- realização de serviços ou atos determinados em lei ou em normativas próprias, como por exemplo: expedição de certidões; envio de selo eletrônico; informação ao COAF ou à Receita Federal; emissão de boleto bancário conforme o BACEN;
- cumprimento de requisições de autoridades judiciais e administrativas;
- integração com Cartórios e centrais de serviços eletrônicos compartilhados dos institutos notariais e de registro, relativos aos serviços;
- na atuação em eventual processo judicial, com escritórios de advocacia;
- na investigação de possíveis crimes, com as autoridades competentes;



- na contratação de serviços (por exemplo, hospedagem de dados).

No que se refere ao compartilhamento, asseguramos que:

(a) não compartilhamos dados de que tenhamos conhecimento em razão do serviço notarial e de registro com entidades privadas, salvo mediante autorização legal ou normativa;

(b) nenhum dado pessoal será cedido, gratuita ou comercialmente, a empresas de marketing;

(c) exigimos de nossos prestadores de serviço a observância de regras compatíveis com esta política e com a legislação vigente em relação à proteção de dados pessoais. O Cartório Gustavo Faria Pereira se compromete a não compartilhar dados pessoais, por via gratuita ou comercial, salvo nas hipóteses de cumprimento de obrigações legais ou mediante autorização judicial. Esta Serventia não realiza transferência internacional de dados pessoais.

7. CONTROLADOR

O controlador que, segundo a LGPD é a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, tais como as finalidades e os meios do tratamento, é identificado como o Oficial do Cartório Gustavo Faria Pereira:

- Controlador: **Gustavo Faria Pereira**
- Endereço: Av. Dona Luiza, nº 241, Centro. Silvânia/GO.
- E-mail (endereço eletrônico): adm@cartoriogustavofaria.com.br
- Telefone: (62) 3332-2185

8. OPERADOR

O operador que, segundo a LGPD e quem realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador, poderá ser identificado por diversos prestadores de serviços contratados pelo Cartório, a fim de realizar processos inerentes aos serviços do Cartório ou para a efetiva gestão da Serventia.

Sempre que, houver uma contratação para estes fins, o Cartório exigirá da empresa contratada (Operador) a adoção dos meios técnicos necessários para garantir a observância dos princípios que regem o tratamento dos dados pessoais, especificados no art. 6º da LGPD.

9. ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Se você acredita que seus dados pessoais foram usados de maneira incompatível com esta Política de Privacidade ou com as suas escolhas enquanto titular desses dados ou, ainda, se você tiver dúvidas, comentários ou sugestões relacionadas a esta Política, entre em contato conosco através do encarregado (*Data Protection Officer* - DPO), que está à disposição nos seguintes endereços de contato:

- Encarregado: **Vanessa Priato de Aguiar**
- Endereço: Av. Dona Luiza, nº 241, Centro. Silvânia/GO.
- E-mail (endereço eletrônico): encarregado@cartoriogustavofaria.com.br
- Formulário eletrônico Disponível em: [Formulário Solicitações Titular dos Dados - LGPD](#)

10. SEGURANÇA DOS DADOS PESSOAIS

Todas as informações são armazenadas com rigoroso controle de segurança e constante aperfeiçoamento de ferramentas tecnológicas de proteção.



O acesso às informações e dados pessoais coletados é restrito aos prepostos do controlador do Cartório Gustavo Faria Pereira e operadores no âmbito notarial e administrativo.

O Cartório toma precauções, entre elas, medidas administrativas, técnicas e físicas, para proteger as suas informações pessoais contra perda, roubo, uso indevido, bem como contra acesso não autorizado, divulgação, alteração e destruição.

Internamente, os dados pessoais coletados são acessados somente por profissionais devidamente autorizados, respeitando os princípios da proporcionalidade, necessidade e relevância para os objetivos dos serviços prestados nesta Serventia, além do compromisso de confidencialidade e preservação da sua privacidade nos termos desta Política.

11. DIREITOS DOS TITULARES

Conheça aqui os seus direitos:

- Requisitar a informação sobre se os seus dados são tratados pelo Cartório, e como isso é feito.
- Solicitar o acesso e a confirmação sobre informações pessoais que mantivermos. Para isso, podemos precisar de confirmar sua identidade, após o que forneceremos relatório sobre as informações que estão em nosso poder.
- Revogar, modificar ou negar o seu consentimento a qualquer momento, com exceção dos dados tratados mediante obrigação legal, regulatória ou legítimo interesse, sendo que, após sua notificação, não trataremos mais suas informações pessoais para os fins aos quais elas se destinavam.
- Solicitar a informação sobre eventual possibilidade de não dar o seu consentimento e sobre os efeitos e eventuais consequências negativas em cada caso.
- Requisitar a correção de informações, incompletas ou imprecisas a seu respeito, que estejam em nossa base de dados.
- Requisitar a anonimização, bloqueio ou a eliminação de dados que considere desnecessários para a finalidade que estão sendo utilizados, ou que considere excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD.
- Requisitar que suas informações sejam excluídas de nossos arquivos e sistemas quando não houver nenhuma razão para as manter.
- Requisitar informações a respeito do eventual compartilhamento de seus dados com instituições públicas ou privadas.
- Solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.
- Requisitar a exclusão de nossas listas de comunicação para deixar de receber nossas mensagens e e-mail.

Observações importantes:

(i) No atendimento das solicitações acima relacionadas, eventualmente poderemos pedir algumas informações complementares para fins de comprovação da sua identidade, visando garantir a segurança, a privacidade e impedir fraudes. Também poderão ser solicitadas, inclusive por escrito, a identificação da finalidade da solicitação.

(ii) Solicitações de informações em bloco, agrupadas ou segundo critérios não usuais de pesquisa, envolvendo tanto titulares de dados pessoais distintos quanto idênticos



poderão ser negadas mediante nota devolutiva fundamentada, quando as circunstâncias da solicitação indicarem tratamento de dados pessoais em desconformidade com a Lei nº 13.709/2018.

(iii) Nos termos das normativas vigentes, as informações não abrangem o conteúdo do ato notarial e de registro e deverão ser prestadas com a advertência de que não produzem efeitos de certidão, não sendo dotadas de fé pública para prevalência de direito perante terceiros.

(iv) Quando aplicável, e mesmo que você optar por excluir seus dados de nossa base de dados, o Cartório poderá reter algum ou todos os seus dados pessoais por períodos adicionais ou por outros prazos definidos e fundamentados em bases legais que justifiquem a retenção de dados, visando o cumprimento de obrigações legais ou regulatórias, para o exercício regular de direitos ou fins de auditoria de diversas naturezas.

(v) O Controlador não se equipara ao fornecedor de serviço ou produto para efeito de portabilidade dos dados pessoais a outro fornecedor.

(vi) O encarregado entrará em contato em até 72 horas úteis, e ainda que algumas solicitações possam não ser respondidas de forma imediata, as mesmas serão respondidas em prazo razoável e em conformidade com a legislação aplicável.

12. INCIDENTE DE SEGURANÇA DOS DADOS

Em caso de incidente de segurança que envolva dados pessoais, as medidas técnicas e de segurança serão tomadas em conformidade com a natureza e a extensão dos riscos envolvidos e as comunicações contendo a descrição dos riscos, titulares envolvidos e medidas técnicas e de segurança adotadas para o tratamento do incidente serão realizadas conforme a legislação e as normas aplicáveis.

13. ATUALIZAÇÕES E DISPOSIÇÕES FINAIS

O constante avanço tecnológico, mudanças nas legislações, normas regulatórias e boas práticas, esta Política de Privacidade está sujeita a alterações, razão pela qual recomenda-se sua consulta periódica.

A Política de Privacidade e de Proteção de Dados poderá sofrer alterações, especialmente quando houver publicação de novas recomendações pela ANPD ou determinações legais ou administrativas pelos órgãos competentes, vez que os mesmos poderão emitir novas diretrizes ou orientações sobre os temas e procedimentos descritos neste documento.

O Cartório Gustavo Faria Pereira também poderá atualizar esta Política sempre que incorporar novas funcionalidades e serviços, visando proporcionar melhorias na experiência dos usuários. As atualizações serão feitas mediante a publicação da nova versão e a identificação da data da última atualização, a partir da qual serão imediatamente válidas e aplicáveis.

As mudanças significativas serão comunicadas pelos canais disponíveis e recomendamos a você revisitar este documento com alguma periodicidade para estar sempre atualizado sobre as mudanças pontuais sempre que navegarem no site. Estamos sempre à disposição para esclarecer suas dúvidas e colocar você no controle dos seus dados pessoais.

Contem conosco para mantê-los informados!

Data da última atualização: Silvânia, 10 de Novembro de 2021– Versão 00
CARTÓRIO GUSTAVO FARIA PEREIRA